**Saudações iniciais.**

Tão logo tomei conhecimento de que o TCE-RR organizava este evento, fiz questão de driblar a agenda e me fazer presente.

O apelo é ainda mais sensível quando a temática é a da PI, a qual venho fazendo coro e somando esforços ao reconhecidíssimo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo C. Ferrari, a frente do CTPI do IRB.

Enquanto Presidente da Atricon, um dos meus papéis é identificar boas práticas existentes e disseminá-las pelo sistema Tribunal de Contas.

Lendo o recente relatório “Recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância” elaborado pelo “Conselhão”, tomei conhecimento que o município de Boa Vista foi o primeiro do país a montar um sistema de monitoramento da Educação Infantil com base num importante instrumento, desenvolvido por um conjunto de nações lideradas pela Unesco.

O programa Família Que Acolhe, criado, em 2013, foi também o primeiro a criar um Comitê Intersetorial de Primeira Infância, algo que somente agora a União previu, através do recente decreto da Presidência da República. Em 2016, o programa foi base para a criação do “Criança Feliz”, um caso de sucesso.

Não faltam, pois, predicados e exemplos para destacar Roraima no cenário nacional no que diz respeito à PI. Some-se a isto o exemplo do controle externo, sob a batuta da C. Cilene e do Presidente desta Casa. A destacada atuação no estado, a cooperação em torno do Pacto Roraimense, e toda uma articulação em torno de uma governança colaborativa, que envolve desde o apoio e capacitação aos gestores públicos, à mobilização com os Poderes, enfim, já tem produzido frutos dignos de elogios.

Mas Roraima tem de igual modo enfrentado desafios à altura de suas conquistas. A crise humanitária decorrente da situação venezuelana tem pressionado a fronteira norte do nosso país e cobrado de todos respostas rápidas, inovadoras e eficientes. Digo que, sem uma atuação cooperativa e em rede, como a evidenciada aqui, tais obstáculos dificilmente serão superados.

Neste lugar, vale destacar que vemos um Brasil multifacetado, com vários rostos e, pela programação, percebo essa preocupação com nossos povos originários. Precisamos estar atentos para o “vulnerável dos vulneráveis”. Se há o mandamento constitucional de primazia no olhar para as nossas crianças, que dirá daquelas que sequer estão no Cadastro Único, das populações ribeirinhas e indígenas?

Enquanto órgãos de controle, precisamos ecoar para a necessidade de se priorizar a PI. Como ratificado pelo Pacto Roraimense pela PI, “lugar da criança é no orçamento público”. Agora em agosto, o Marco da PI completa 5 anos. Nesse sentido, destaco a importância da Assistência Social, em virtude do papel da proteção social básica, bastante negligenciada no Brasil.

Num país ainda com elevados níveis de pobreza, a intersetorialidade inerente entre as políticas sociais invariavelmente desafoga na assistência social. Nesse sentido, precisamos olhar para as estruturas e funcionamentos dos CRAS, CREAs, acolhimento, conselhos tutelares, enfim, todos os serviços ofertados.

A Atricon pretende jogar luz nessa questão, por meio de um Levantamento que está na fase de execução. A temática tem um recorte na PI, ao enfocar na violência infantil, mas pretende levantar a ausência de priorização da assistência social. Tal trabalho também visa dar subsídios para a auditoria que será realizada em 2025 pelo CTPI-IRB, mostrando que, sem uma atuação conjunta e integrada no sistema TCs, não lograremos êxito em dar esperança às nossas crianças mais frágeis e construir um Brasil mais próspero.

A responsabilidade é de todos. Nós assumimos este compromisso. Roraima saiu na frente. O Brasil é quem ganha.

Muito obrigado!